

Neofisiologismo collorido

7-4 JAN 1991
MAURO CHAVES



ESTADO DE SAO PAULO

Pela lógica e pelo bom senso do cidadão comum o relacionamento entre o governo e o Congresso deveria ser muito simples: os parlamentares votariam a favor do governo em projetos (ou medidas provisórias) que julgassem, segundo suas próprias consciências, bons, úteis, necessários para o País; e votariam contra aqueles que considerassem ruins, inúteis, desnecessários.

É claro que o processo de opção de cada parlamentar seria influenciado por um trabalho de persuasão, no qual os líderes governistas buscariam os melhores argumentos para convencer seus pares — argumentos, e não ofertas de favores. E, nessa negociação, no bom sentido do termo, os partidos políticos haveriam de desempenhar papel fundamental, representando as diversas correntes de opinião da sociedade, em relação aos temas em pauta.

Para que essa simples visão do cidadão comum se transformasse em realidade necessário seria que se operasse uma verdadeira revolução nos costumes políticos do País. Alguma mudança radical que eliminasse, de uma vez por todas, o fisiologismo crônico que sempre presidiu o relacionamento Executivo/Legislativo, antes, durante e depois da antológica doutrina franciscana formulada pelo deputado Robertão. Na verdade, a grande esperança da maior parte dos cidadãos que elegeram Fernando Collor era a de que, além da caça aos marajás, o jovem e intrépido político alagoano fizesse essa revolução.

Passado, porém, o período inicial de aparente pureza não fisiológica, após algumas derrotas e em vista da nova doutrina “bateu leva”, o governo Collor começa a montar seu esquema de apoio parlamentar com base na relação de tro-

ca de sempre, embora disfarçada com alguns enfeites próprios da era collorida.

A “política dos governadores” é um desses enfeites. Aparentemente, o presidente e seu escudeiro político mor, ministro Jarbas Passarinho, desenvolvem junto aos novos governadores uma justíssima campanha de “austeridade”, para que eles não venham a gastar acima do que permitem suas arrecadações. Na verdade, porém, o Planalto pretende cooptar bancadas estaduais pela via da influência dos governadores. Quer dizer, pretende que as “relações de trocas” estaduais contribuam para as “relações de trocas” federais, descentralizando a fisiologia.

Dentro do Congresso, o governo se utiliza, principalmente, de lideranças pefelistas para aglutinar um “bloco parlamentar” situacionista, que tem por finalidade a adesão prévia às medidas governamentais, sejam quais forem. E em todo esse processo os partidos políticos exercem papel de importância semelhante ao das forças argentinas no Golfo Pérsico.

É verdade que um Congresso no qual representantes do povo se permitem até receber polpudas ajudas de custo sem comparecer ao local de trabalho, durante a convocação extraordinária — enquanto aumentam de modo assustador os índices de desemprego da população —, se oferece tentadoramente à cooptação fisiológica. Mas será que não existiria a possibilidade de o novo Congresso, que passou por ampla renovação de participantes, constituir uma espécie de “Bloco do Interesse Público”, inenfo a trocas de favores e/ou cambalachos com o Poder Central?

O presidente Fernando Collor e o veterano escudeiro Passarinho bem que poderiam tentar a formação desse revolucionário bloco, que haveria de satisfazer o anseio de renovação de costumes políticos da sociedade brasileira, de todo incompatível com o neofisiologismo collorido em curso.

□ Mauro Chaves é editorialista do Estado